

## MERITOCRACIA, APENAS O MENOR DOS MALES?

**Carlos Alves**<sup>1</sup>

*Membro Associado do Observatório Político*

*All animals are equal but some animals are more equal than others.*

George Orwell, *Animal Farm*

### **Resumo**

Intuitivamente consideramos que não premiar o mérito é como deixar o jogador mais valioso no banco e fazê-lo é sinónimo de justiça. Granjeando simpatias, a meritocracia, recompensa o desempenho pela aferição, exclusiva, do mérito. Será esta, efetivamente, um sistema justo?

Ao agitar alto o princípio “A cada um o que merece” e não considerar os fatores que ultrapassam o âmbito individual que o sustentam e/ou originaram e que facilitam ou dificultam o seu alcance estará a fazer um bom trabalho? Nos antípodas da sua intenção surge, à revelia da sua vontade, de forma não expectável um elitismo meritocrático originado no usufruto de vantagens inacessíveis a todos, que permitem aos que delas beneficiam atingirem um patamar superior, aparentemente baseado no seu esforço e competência. A meritocracia acaba, perigosamente, sendo um discurso falacioso, falhando o alvo que se propõe atingir. Apresentado como um sistema justo arrisca-se a não passar de um, contraproducente, mito.

### **Palavras-chave**

meritocracia, educação, igualdade, Rawls.

---

<sup>1</sup> Investigador Doutorando do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI); responsável e fundador do Fórum Intervenção | Fórum Permanente de discussão e reflexão política para a promoção da Cidadania Ativa.

## Introdução

Meritocracia é um conceito caro à filosofia política, apresentando-se como um sistema social ou organizacional, em que a recompensa dos indivíduos é baseada unicamente nos seus méritos e resultados. Como referem Stephen J. McNamee e Robert K. Miller, Jr. em *The Meritocracy Myth* (2009:2), enquanto o mérito é específico dos indivíduos a meritocracia é uma característica das sociedades no seu todo. Nela os indivíduos ganham primazia e são recompensados na proporção direta dos seus esforços individuais e competências.

O termo foi cunhado pelo sociólogo britânico Michael Young na novela satírica *The Rise of the Meritocracy, 1870–2033: An Essay on Education and Equality* (1961: 2). Num relato deste sistema que se prolonga até ao seu declínio, aí é imaginado um futuro assente num modelo educativo baseado no QI, emergente durante os anos da guerra. Neste futuro, os testes de QI prolongam-se durante toda a vida e as tarefas desenvolvem-se sob critérios, supostamente, meritocráticos.

A verdadeira história da meritocracia comprometeu a visão de Young. O livro foi ignorado pelos académicos, mas o uso da palavra generalizou-se.

A conceção sarcástica do autor deu lugar a uma noção mais positiva de recompensas estabelecidas sob o mérito dos indivíduos.

O otimismo da Sociologia nos finais do século XX levou a pressupor a possibilidade da meritocracia, entendendo-a como compatível com um igualitarismo, uma vez que cada pessoa teria o seu próprio mérito.

Existem diferentes dimensões de mérito com especificidades e dificuldades associadas, sendo que tanto o final do século XX como o início do século XXI não contribuíram para a necessária inter-relação e reconciliação dos ideais em conflito, permanecendo assunções simplistas e a indiferença sobre o assunto.

Feito o devido enquadramento histórico, o que nos atrai, afinal, na meritocracia?

Para já uma certa noção de igualdade de oportunidade em que, como refere Adam Swift (2003: 25), indivíduos com o mesmo grau de mérito – QI+ esforço – devem ter as mesmas possibilidades de sucesso e os seus antecedentes sociais não devem interferir neste, uma vez que se os afortunados estão a ser beneficiados os desfavorecidos são prejudicados.

Em suma, uma razão porque essa igualdade de oportunidades é relevante é porque é justo que os que gozam dos mesmos níveis de talento e motivação tenham as mesmas hipóteses de sucesso (Swift, 2003: 25).

Tanto a meritocracia como a igualdade de oportunidades educativas foram usadas como estratégias para encorajar o crescimento económico. Na atualidade estes ideais evoluíram para exigências de justiça e de eficiência, sendo mais provável serem evocadas pelos que se preocupam com o racismo, pobreza e desigualdade do que relativamente ao crescimento económico (Bowles *et al*, 2005:134).

Onde existe discriminação não existe meritocracia, uma vez que esta no que diz respeito às oportunidades e recompensas desvaloriza ou ignora o mérito, substituindo-os por critérios que não o contemplam.

A discriminação permite a alguns e não necessariamente os que o merecem, passarem à frente à custa de outros. Ao excluir categorias inteiras de pessoas do acesso igualitário a oportunidades, a discriminação reduziu a competição e aumentou as hipóteses de ultrapassar outros, confundindo os que o fazem isso com sucesso baseado unicamente no seu mérito individual (McNamee e Miller, 2009:20).

Por outro lado, a discriminação ludibria o mérito, sendo que quanto mais formas de discriminação existam mais esse logro se efetiva (McNamee e Miller, 2009:21).

### **A meritocracia enquanto véu de ignorância**

Imagine que é dado a um grupo de pessoas uma determinada tarefa. No final só alguns conseguem realizar com sucesso o desafio, concluindo os organizadores, que a vitória é justa porque todos estiveram em igualdade de circunstâncias, sendo fruto do mérito individual.

A situação muda se, posteriormente, se tiver conhecimento que os vencedores tiveram acesso a uma melhor preparação prévia não comungada por todos.

Alguns dirão que não fizeram mais do que a sua obrigação, tendo partido, nitidamente, de uma posição de vantagem, repensando o mérito associado à sua vitória.

Deveria, de uma maneira geral, o contexto em que os resultados são obtidos contar para o apuramento do mérito ou conduzirá isso a uma a implosão potencial de uma meritocracia?

A meritocracia assenta numa espécie de véu de ignorância, à maneira rawlsiana. A imagem de Rawls é usada para referenciar a circunstância em que temos de avaliar princípios de justiça de forma imparcial, sem ter em conta a nossa condição particular, com o intuito de criar uma neutralidade que evita a escolha de princípios que não são justos e que apenas nos favorecem.

A meritocracia usa uma espécie de véu de ignorância com o intuito de não comprometer o seu sentido de justiça no que respeita a oportunidades e recompensas. Porém, não será esse mesmo véu de ignorância que faz ruir o edifício ao fazer tábua rasa de informações que ajudam a explicar o que tornou possível os resultados, ajudando a determinar o tipo de mérito e a cota parte de responsabilidade do que o consegue na sua obtenção?

Será este véu de ignorância uma boa ideia para o ensino?

Na realidade, a fórmula para o sucesso contém mais variáveis do que à primeira vista supomos e ultrapassa-nos, incluindo mais do que a nossa esfera pessoal.

Senão vejamos. Qualquer encarregado de educação empenhado na educação dos seus filhos tem conhecimento do apertado calendário escolar, do grau de exigência e da quantidade de trabalho a que os alunos são submetidos. Participar na realização das atividades propostas pelos professores é não só natural, como imprescindível. Em conformidade com as habilitações, as possibilidades de auxílio aumentam ou diminuem na relação direta com o grau académico do agregado familiar e a sua capacidade financeira para procurar ajuda suplementar, nas matérias que o exijam.

Vulgarizaram-se, também, as atividades extracurriculares de natureza desportiva, artística, campos de férias vocacionados para a aprendizagem de línguas, etc.

É, igualmente, reconhecida a importância de um bom ambiente familiar, intelectualmente estimulante e estável. Crescer num meio familiar privilegiado contribui para ter acesso a oportunidades importantes para adquirir e desenvolver competências individuais bem como de ver as capacidades reconhecidas e recompensadas (McNamee e Miller, 2009:17).

São comuns os distúrbios relacionados com a linguagem (dislexia, disgrafia, discalculia) que exigem acompanhamento, da mesma maneira que situações relacionadas com stress académico, pressão social, distúrbios alimentares e problemas próprios da idade, em geral.

A lista de necessidades e fatores envolvendo a educação é vasta e permite perceber: que a gratuidade do ensino não inviabiliza a obrigação de fazer face a custos associados; as vantagens de um núcleo familiar culturalmente rico e com capacidade financeira; a importância de auxílio complementar ao da sala de aula; a relevância das atividades extracurriculares no desempenho escolar, consequência da sua transversalidade disciplinar, ou seja, de facultar um currículo paralelo.

Tendo tudo isso em consideração, é natural ao olharmos para uma pauta interrogarmo-nos quanto de tudo isso foi relevante para a classificação final, sendo intuitivamente perceptível que nem todos os alunos têm, por dificuldades várias, acesso ao que foi descrito.

Na evidência de que seria injusto penalizar os alunos com acesso facilitado aos elementos constantes na lista anterior a noção de mérito como algo, centrado unicamente em nós, que nos responsabiliza apenas individualmente acaba, no entanto, por desmoronar-se.

### **A tensão entre fatores internos (mérito) e externos (não dependentes do mérito)**

O que está em causa é uma tensão entre fatores internos (mérito) e externos (não dependentes do mérito) e como esta influencia o nosso desempenho. Esta encontra-se plasmada em explicações teóricas concorrentes nas ciências sociais. Na sociologia estas posições estão representadas pelas teorias funcional e do conflito em relação à desigualdade.

As teorias funcionais focam-se em características como o talento, competências e trabalho, como determinantes primárias para a desigualdade e implicam um sistema de meritocracia no qual os indivíduos progredem graças aos seus talentos e aptidões. Por sua vez, as teorias do conflito focam-se em fatores não dependentes do mérito como herança, discriminação e oportunidades estruturais, como determinantes primárias para a desigualdade, sustentando-se num sistema de herança sob o qual as oportunidades dos indivíduos são, largamente, determinadas pelas suas origens, considerando a estrutura de desigualdade existente.

Mérito e fatores não dependentes do mérito não são em exclusividade explicações para o sucesso individual, uma vez que os resultados têm causas estruturais e individuais.

O grande desafio é apurar como estes fatores interagem e de que modo são relevantes para as desigualdades existentes e com que consequências. Historicamente têm sido subestimados os efeitos dos fatores não dependentes do mérito, sendo sobrevalorizados os do mérito (McNamee e Miller, 2009:10-11).

Em *Success and Luck: Good Fortune and the Myth of Meritocracy* (2016: 16), Robert H. Frank faz alusão a uma referência do colunista do *The New York Times*, Nicholas Kristof, onde este fala da ilusão comum entre os americanos bem sucedidos de que triunfaram unicamente devido ao seu trabalho árduo e inteligência, quando na verdade nasceram em famílias da classe média americana que os amavam, lhes liam histórias, e lhes facultavam atividades desportivas, acesso a bibliotecas e aulas de música. Ironizando, Kristof afirma que foram programados para o sucesso eram ainda um zigoto.

Kristof alerta para o facto de muitos acharem que o sucesso tem tudo a ver com escolhas e responsabilidade pessoal, no entanto, sendo isso real tem muito mais que se lhe diga (p.17).

No mesmo livro, Robert H. Frank, afirma que os bem sucedidos tendem a desvalorizar o papel da sorte no seu sucesso (2016: 20) e dá um exemplo em que pede para ser considerado um concurso completamente meritocrático, uma vez que assente unicamente na performance individual. Supondo que 98% da prestação de cada participante está dependente do seu talento e esforço, somente 2% seriam atribuídos à sorte. Tendo em consideração estes pesos, fica claro que ninguém conseguirá vencer sem ser talentoso e esforçado. Menos óbvio é, provavelmente, o facto de que o vencedor tenha estado entre os mais bafejados pela sorte. A sorte numa competição desta natureza é relevante uma vez que é necessário que tudo corra pelo melhor.

Existirão muitos concorrentes próximos do topo numa escala de talento e esforço e alguns podem até ter sido felizes no que à sorte diga respeito. No entanto, isso não terá sido suficiente e terão sido suplantados por um rival que conjugou talento, esforço e foi consideravelmente mais afortunado (Frank, 2016: 38-39).

Trabalho, empenho, sentido de responsabilidade, capacidades, nem sempre vão chegar, existindo situações que exigirão mais do que isso.

Existirão condições ou fatores não ligados, diretamente, ao envolvimento individual que farão a diferença para ser bem sucedido. Nem tudo será comum a todos, sendo acessível a só alguns.

Perceber isso é reconhecer a ingenuidade de pensar o mérito como algo por que só nós podemos responder.

Rendimento, núcleo familiar, quem se conhece (capital social) e estar bem integrado (capital cultural) são fatores relevantes. O capital social diz respeito aos recursos sociais: contactos individuais e familiares na comunidade, na escola, no emprego capazes de mediar o acesso a oportunidades. O capital cultural engloba um conjunto de recursos culturais – um corpo de informações e conhecimentos particulares, incluindo estilo, etiqueta e competências ligadas à capacidade de autorrepresentação – imprescindíveis para viajar e ser aceite nos círculos sociais mais elevados. Tal como o capital social o capital cultural é fundamental para o acesso a oportunidades, sendo credenciais culturais que permitem a elegibilidade para as oportunidades económicas. Aparência e saber o seu papel é possuir capital cultural (McNamee e Miller, 2009:17).

### **A (im)possibilidade de uma meritocracia numa sala de aula**

Estudar é instrumental, um meio para outros bens, sendo que o seu valor depende de ter mais ou melhor do que os outros (Swift, 2003:24).

A nossa consciência tende a arrumar na nossa cabeça a ideia apaziguadora de que na educação é o mérito que acaba recompensado, na medida em que somos, efetivamente, nós que estamos na sala de aula, nos esforçamos por aprender, que acabamos testados sobre as nossas aprendizagens e, no final, fruto disso, cada um obtém a classificação que merece. No fundo, habituámo-nos a acreditar que tem melhores classificações quem mais trabalha e que demonstra saber mais.

A educação servirá como um mecanismo que permite identificar e selecionar os indivíduos mais inteligentes, talentosos e motivados, independentemente do meio de origem, facultando instrução na direta proporção do mérito individual (McNamee *et al*, 2009:17).

Numa meritocracia a influência da origem social de alguém no seu sucesso é inexistente. Estará isso garantido numa sala de aula?



A participação dos alunos é reveladora das experiências proporcionadas pelos seus encarregados de educação.

O nível de preparação para um teste é influenciado para além do empenho do aluno, pelo envolvimento familiar e recurso a ajuda suplementar nos casos em que ela é necessária.

Como classificaria, do ponto de vista do mérito, uma classificação de quinze valores obtida por um aluno que se preparou para a prova recorrendo a um centro de estudos e outro que o conseguiu autonomamente por incapacidade financeira?

Um está, claramente, em desvantagem em relação ao outro (admitindo que ambos precisam de ajuda). Que resultado valorizaria mais? Ou, não passa tudo de uma questão de resultado? Consideraríamos preferível o desempenho do aluno que se preparou sozinho? Deveria o que recorreu ao centro de estudos abdicar desse recurso, porque ao contrário dele nem todos o podem pagar ou não faz isso qualquer tipo de sentido?

Deveria essa informação ser relevante em nome de uma avaliação mais justa? Comprometeria isso as intenções de estabelecimento de uma meritocracia ou seria isso benéfico para esta?

É, verdadeiramente, a meritocracia um sistema justo para implantar na sala de aula considerando que cenários destes são comuns?

Na verdade, entendemos o mérito como alguém conseguindo atingir objetivos “pelos seus próprios meios” quando ele é, em rigor, obtido utilizando “todos os meios disponíveis”.

As influências ambientais relativas à família e local de origem são inegáveis no processo de aprendizagem e ficam por contemplar no processo educativo que descarta estes fatores chave (Bowles *et al*, 2005:2).

Deverá uma avaliação de mérito ser cega à classe social, poder de compra, estabilidade do ambiente familiar, oportunidades (frequência de atividades extracurriculares, por exemplo)? Desconsiderar fatores que influenciam tanto a formação individual como aumentam ou diminuem genericamente as possibilidades na vida.

Autores como François Dubet (2015) e Marie Duru-Bellat (2006) alertam para os problemas que uma meritocracia levanta no que ao ensino diz respeito. Destes destacam-se a sua dificuldade em excluir o *background* individual (designadamente a posição social de origem), relevante no que



ao acesso, facilitado ou dificultado, a bens e serviços diz respeito, não contrariar os dividendos da lotaria genética, não ser sempre inclusiva e fixar-se na valorização do normalizado, não sendo capaz de se distanciar de perfis e qualidades acriticamente aceites como preferenciais, conduzindo a um elitismo.

Em relação a este último ponto, François Dubet em *Dix propositions pour changer d'école* (2015: 211-213) refere que "Au bout du compte, l'école de l'égalité des chances méritocratique fonctionne comme une vaste machine à trier les élèves à partir de la norme des voies royales de l'excellence scolaire".

### **Classe social e educação: mérito que mérito?**

A educação é, em parte um bem instrumental e posicional, refere Adam Swift (2003) que fala numa vantagem competitiva no que diz respeito a frequentar o ensino público e privado. Na sua opinião, o que é importante não é tanto quanta educação se recebe, ou quão boa ela é ou mesmo os resultados obtidos, mas a posição ocupada por cada um durante a sua distribuição. Assim, as crianças que frequentam o ensino privado e que saem mais favorecidas por isso do que se tivessem frequentado o ensino público ganham vantagem competitiva sobre os outros, ficando em situação privilegiada na colocação nas universidades e em relação a empregos mais bem pagos ou melhores (Swift, 2003:23).

Atualmente, na Grã Bretanha ter uma educação pública e privada pode ser determinante, futuramente, numa carreira em áreas como a medicina e política. O efeito Matthew ou vantagem acumulada (o fenómeno onde "os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres.") diz-nos que, por vezes, os ricos ficam mais ricos por simplesmente pertencerem ao grupo dos mais afortunados.

Se, por um lado, um entendimento convencional da educação a apresenta como servindo como um mecanismo que identifica e seleciona indivíduos inteligentes, motivados e talentosos, independentemente da sua origem no que diz respeito à classe social e proporciona educação na proporção direta à do mérito individual uma visão mais radical, oposta a esta, nega que a educação sirva para promover igualdade ou a mobilidade social. Nesta visão alternativa a educação está associada à classe social e reproduz o sistema de classes, ou seja, as escolas refletem e reeditam as desigualdades presentes na sociedade. Recompensam crianças de origem privilegiada com diplomas e graus relevantes, concedendo-lhes acesso a

oportunidades económicas e ocupacionais, negando-o a crianças de meios socioeconómicos inferiores. A competitividade inerente ao sucesso surge, assim, estruturada num sistema educacional que não proporciona igualdade de oportunidades (McNamee e Miller, 2009:17-18).

Adam Swift (2003: xii) refere que “middle-class children have three to four times as much chance of getting a middle-class job as do working-class children”, devendo-se isso ao facto de que a organização escolar contribui para reproduzir a desigualdade social, perpetuando um sistema de estratificação social caracterizado por desigualdades de oportunidade.

As investigações sociais das últimas décadas demonstraram as correlações entre o desempenho social, educacional, comportamental e económico dos pais e o das crianças.

Crianças de pais com mais habilitações e com maior capacidade financeira tendem a chegar mais longe nos estudos e ganhar mais. Do mesmo modo, crianças de pais que fumam, tomam drogas, cometem crimes e iniciaram a sua vida sexual jovens têm tendência a fazer o mesmo, comparativamente a crianças de pais sem esses comportamentos. Correlações ao nível sociopsicológico, nomeadamente depressões, problemas emocionais e de controlo são, também, possíveis de estabelecer (Bowles *et al*, 2005:22).

Entendendo a educação como um mecanismo potenciador da mobilidade social, a manutenção deste esquema compromete-a, contribuindo para perpetuar a desigualdade social.

### **Favorecidos e desfavorecidos e o contributo dos pais**

Os cidadãos das modernas sociedades democráticas estimam os valores meritocráticos. Igualdade de oportunidades na educação e promoção profissional podem e devem assegurar que todos têm hipóteses no sucesso económico. Simultaneamente os pais têm o direito e o dever de preparar os filhos no que estiver ao seu alcance para lhes assegurar o futuro económico. Estes dois valores podem colidir, mas uma correlação moderadora positiva entre o sucesso económico dos pais e as crianças é teoricamente compatível com ambos, podendo ser interpretada como um sinal de que a maioria dos pais está a preparar bem os seus filhos e de que somente uma pequena minoria é excepcionalmente favorecida ou desfavorecida (Bowles *et al*, 2005:1).

Como refere o filósofo político Adam Swift (2005: 269), propondo uma espécie de posição original (embora disfuncional) à maneira da experiência mental de Rawls, para assegurar uma situação mais justa, talvez isso fosse garantido estabelecendo um sistema universal de orfanatos patrocinados pelo estado que todas as crianças estariam obrigadas a frequentar.

Uma vez que é improvável que os pais entregassem voluntariamente os seus filhos a estas instituições ou concordassem com restrições que os impedissem de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para lhes garantir o melhor acompanhamento, é pouco provável que um sistema puro de mérito consiga ser estabelecido.

O sistema educativo, de uma forma mais ou menos variada, mais ou menos generalizada vai dando resposta democratizando mecanismos e iniciativas (oficinas disciplinares, salas de estudo, professores tutores e responsáveis pelo acompanhamento de alunos com dificuldades, psicólogos escolares...) para obviar ao hiato existente entre aqueles que utilizando os meios ao seu dispor vão ultrapassando as suas dificuldades e os que não têm condições económicas para o fazer.

No entanto, como afirmou o cientista político Richard Longoria, enquanto o *background* familiar e a classe tiverem influência no desempenho individual, a distribuição dos bens sociais não está inteiramente efetuada com base no mérito. Somente depois destes fatores serem eliminados é que a distribuição dos bens e posições será, inteiramente, baseada neste. Em suma, a correlação entre a origem social e os resultados pessoais quotidianos é nula numa meritocracia (2008: 4).

Na realidade, os fatores não dependentes do mérito têm uma influência, empiricamente, difícil de determinar. Para além disso, por mero exercício argumentativo mesmo que isso fosse possível, o que faríamos com essa informação em relação ao ensino? Por exemplo: numa sala de aula onde dois terços dos alunos recorreram a explicações para o teste final de uma disciplina e que obtiveram classificações mais elevadas, comparativamente aos seus colegas que não recorreram a estas como operacionalizar essa informação em termos de classificação final?

Será realista considera-lo? Como funcionaria uma avaliação que fosse ao encontro dessa meta?

Ou, numa situação de avaliações orais em que estas foram, visivelmente, preparadas por terceiros?

De quem é, afinal, o mérito?

Será o sistema de avaliação vigente elitista ao permitir e acabar por premiar situações destas?

Pode a meritocracia contribuir, assim, para a desigualdade?

Num sistema puramente meritocrático os pais não deveriam ter nenhum tipo de papel que concedesse vantagens aos seus filhos que não estivessem acessíveis a todos. Não poderiam usar os seus recursos para os seus filhos frequentarem escolas privadas, proporcionar atividades das quais colhessem benefícios educativos, pagar a explicadores ou auxiliar crianças com dificuldades. Não seria possível proporcionar às crianças nada que não estivesse disponível para todas. A influência de fatores não dependentes do mérito deveriam ser reduzidos a zero, nomeadamente a sorte, uma vez que certos recursos são distribuídos aleatoriamente e não com base no mérito e a sorte por vezes traduz-se em estar no sítio certo à hora certa. De uma maneira geral, como refere Swift (2005, 263), as pessoas não deveriam ter melhores ou piores perspetivas devido a variáveis por que não responsáveis (McNamee e Miller, 2009:264).

Uma possível vantagem de uma sociedade não meritocrática é que nalguma altura por uma qualquer combinação de razões pelo menos alguns que ocupam o topo do sistema são menos capazes e competentes do que pelo menos alguns na base. Estas discrepâncias devem inspirar humildade nos que se situam no topo e dignidade nos que estão no fundo, mas, isto só poderá acontecer se for amplamente reconhecido que a herança, sorte e uma variedade de circunstâncias que ultrapassam o mérito individual determinam o lugar que cada um acaba por ocupar no sistema.

Desconsiderar isso torna o mito da meritocracia perigoso, uma vez que faculta uma explicação incompleta para o sucesso e para o fracasso, exaltando os mais favorecidos e condenando, injustamente, os menos. Sendo evidente que ambos os grupos coexistem, condenar uns e louvar outros é por si só injusto (McNamee e Miller, 2009:265).

## **Conclusões**

A democratização do ensino e a sua massificação estão associadas a uma certa evolução/mobilidade social que vai no sentido de um mais facilitado acesso a oportunidades. No entanto, embora sendo condições necessárias não são suficientes para o garantir e a própria educação em si não o consegue.

A razão porque à partida a educação não consegue ter na sua base uma meritocracia absoluta é porque a sua estrutura, nomeadamente o seu sistema de avaliação valoriza o resultado final em detrimento do percurso e mesmo quando o faz não tem em mente as circunstâncias que o nortearam, nomeadamente a consciência de que estas não foram acessíveis à totalidade dos abrangidos pelo processo.

Uma visão holística incluído uma ponderação assente na consideração de fatores dependentes e não dependentes do mérito parece mais justa, embora esta seja difícil de operacionalizar e possa comprometer a própria natureza da meritocracia no que à sua intenção de desconsiderar o binómio socioeconómico concerne.

Apesar das contrariedades da meritocracia, parece razoável considerar que uma “escola justa” incluirá, certamente, a igualdade de oportunidades mas, também, igualdade na obtenção dos resultados, a qual remete para uma aferição rigorosa do desempenho e que isso exige a valorização do esforço e dedicação pessoais e no reconhecimento de que estes devem ser recompensados de uma forma geral.

Se não existem dúvidas de que um sistema que privilegia o mérito é preferível a um que assenta na discriminação é impossível não perguntar: não passará a meritocracia de um mal menor? Se por um lado fazer vista grossa à existência de vantagens competitivas como beneficiar de elevados rendimentos, bom ambiente familiar, capital social, capital cultural e de uma boa herança genética parece pouco justo a alternativa será uma discriminação positiva para os que não beneficiam disso?

Ou levar-nos-á ainda para mais longe da situação ideal?

Para uma verdadeira meritocracia funcionar, a influência de fatores não dependentes do mérito devem ser pelo menos minorizados.

Será que o que resulta das nossas melhores intenções e da nossa crença nas vantagens da meritocracia é uma distopia meritocrática?

Na sua sátira ficcional *The Rise of the Meritocracy* (1961), o sociólogo britânico Michael Young, idealizou uma sociedade baseada no mérito. Nesta sociedade futurista, os indivíduos veem os seus lugares atribuídos mediante um sistema de testes. Os que obtêm os melhores resultados nestes preenchem os melhores lugares e conseguem os melhores prémios. Uma hierarquia é baseada e mantida sob o mérito. Apesar dos aparentes benefícios, o sistema degenera para um regime implacável. A elite meritocrática comporta-se assumindo-se como superior, dominando a

sociedade, contrariando as tentativas dos que estão numa posição inferior de inverter o *status quo*. Deveremos transpor da ficção para a realidade esta situação, usando-a como uma advertência séria em relação ao que deriva das nossas melhores intenções ao quisermos implantar a meritocracia, nomeadamente nas salas de aula?

Haverá sempre, pelo menos, os que conseguem desenvencilhar-se sozinhos, os que não conseguindo têm ajuda e os que na mesma situação a não têm.

Será irrealista pensar que essa realidade se alterará ao ponto da irradicação. Aspirar a um modelo em que isso não comprometa a justiça dos resultados é tão legítimo quanto não contribuir, pactuar ou justificar essa inevitabilidade sem fazer nada para o alterar.

## Bibliografia

Bowles, Samuel, Gintis, Herbert e Groves, Melissa Osborne (2005) *Unequal Chances: Family Background and Economic Success*, Princeton, New Jersey: Princeton University.

Bloodworth, James (2016), *The Myth of Meritocracy: Why Working-Class Kids Still Get Working-Class Jobs* (Provocations Series), London: Biteback Publishing.

Celarent, Barbara (July 2009), "The Rise of the Meritocracy, 1870–2033 by Michael Young", *American Journal of Sociology*, Vol. 115, No. 1, pp. 322-326.

Dubet, François (2015), *Dix propositions pour changer d'école*, Paris: Seuil.

Duru-Bellat, Marie (2006), *L'Inflation scolaire. Les désillusions de la méritocratie*, Paris: Seuil.

Frank, Robert H. (2016), *Success and Luck Good Fortune and the Myth of Meritocracy*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Longoria, Richard T. (2009), *Meritocracy and Americans' Views on Distributive Justice*, Lanham, MD: Lexington Books.

McNamee, Stephen J. e Miller, Jr, Robert K., (2009), *The Meritocracy Myth*, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Swift, Adam (2003), *How not to be a Hypocrite: School Choice for the Morally Perplexed*, London: Routledge.

Swift, Adam (2005) "Justice, Luck, and the Family: Intergenerational Transmission of Economic Advantage from a Normative Perspective." In *Unequal Chances: Family*



Background and Economic Success, ed. Samuel Bowles, Herbert Gintis, and Melissa Osborne Groves, 256–76. New York: Russell Sage Foundation.

Young, Michael (1961), *The Rise of the Meritocracy, 1870–2033: An Essay on Education and Equality*, London: Penguin.

## **OBSERVATÓRIO POLÍTICO**

Rua Almerindo Lessa  
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,  
1349-055 Lisboa  
Tel. (00351) 21 361 94 30  
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

ALVES, Carlos. « Meritocracia, apenas o menor dos males? », *Working Paper #80*, Observatório Político, publicado em 23/03/2018, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

### **Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.